

1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1 - INTRODUÇÃO

Em face do que estabelece o inciso XIII, do Artigo 145, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, as Contas de Gestão do Excelentíssimo Senhor Governador Marcello Nunes de Alencar, relativas ao exercício financeiro de 1997, foram encaminhadas a este Tribunal de Contas, no prazo legal, através do Ofício GG nº 112, de 16 de abril de 1998, e protocolizadas sob o nº TCE-RJ 105.829-5/98, para efeito de emissão de Parecer Prévio, na forma do inciso I, do Artigo 23, da Constituição Estadual, dando cumprimento, assim, às disposições previstas no texto Constitucional do Estado e no Artigo 36 da Lei Orgânica desta Egrégia Corte de Contas, Lei complementar nº 63, de 01/08/90.

Ao examinar as Contas de Gestão do Governo Estadual, o Tribunal de Contas não se limita, apenas, a verificar a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos praticados pelos ordenadores de despesas, mas, efetivamente, busca avaliar os resultados da ação governamental. Claro está que essa avaliação é subsidiada pela atuação contínua e permanente do Tribunal, durante todo o exercício, através de Inspeções, exames de Prestações de Contas e Tomadas de Contas, realizadas nos órgãos da Administração Direta e Indireta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundos Especiais que integram a estrutura do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Assim, durante o exercício de 1997, foram relatados, em Plenário, pelos Senhores Conselheiros desta Corte de Contas, 30.524 processos e realizadas 885 Inspeções Ordinárias, 55 Inspeções Especiais e 11 Extraordinárias, totalizando 951 inspeções.

As Contas de Gestão do Excelentíssimo Senhor Governador, Doutor Marcello Nunes de Alencar, exercício de 1997, submetidas ao exame prévio desta Corte de Contas, são constituídas dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, do Demonstrativo das Variações Patrimoniais e dos demais quadros demonstrativos previstos na Lei Federal nº 4.320/64 e na legislação vigente, compreendendo, inclusive, os demonstrativos da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino e das despesas totais com pessoal ativo e inativo do Estado, evidenciando, assim, o desempenho de todos os órgãos dos Poderes Executivo, legislativo, inclusive Tribunal de Contas, e Judiciário.

Por oportuno, cumpre-me registrar, de imediato, que caberia ao ilustre Conselheiro Sergio Franklin Quintella relatar a presente Prestação de Contas, obedecendo o critério de rodízio entre os Conselheiros, adotado neste Tribunal e previsto no seu Regimento Interno. Por motivo de saúde e tendo que realizar exames médicos complementares de avaliação, anteriormente agendados, e, ainda, a coincidência de suas férias regulamentares assinaladas para o mês de abril, o ilustre Conselheiro em sessão de 24/03/98, solicitou, em Plenário, que seu nome fosse excluído do sorteio para escolha do Relator das Contas de Gestão relativas ao exercício de 1997.

Assim sendo, obedecido o critério de sorteio, coube-me, pelo segundo ano consecutivo, a nobre missão de analisar e propor a emissão de Parecer Prévio sobre as Contas de Gestão do Excelentíssimo Senhor Governador. Tenho a convicção de que esta honraria não deve significar motivo de simples vaidade pessoal. Acima de tudo, aflora-me à consciência o sentimento de responsabilidade que tal distinção representa para este Conselheiro-Relator perante os demais Conselheiros que constituem o ínclito Plenário deste Tribunal.

Desnecessário seria enfatizar que o presente Relatório foi elaborado com o objetivo maior de apreciar tecnicamente os resultados do exercício financeiro de 1997 e avaliar a execução das funções do Governo. Não se cogita de, apenas, apontar erros e falhas dos responsáveis e dirigentes dos órgãos públicos estaduais. Este trabalho tem como principal escopo analisar, demonstrar e evidenciar, de forma imparcial, o desempenho do Setor Público, como um todo, durante o último exercício.

1.2 - ECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Antes de dar início à apreciação das Contas de Gestão do Exercício de 1997 do Governo Estadual, faço breves comentários sobre o comportamento da economia nacional e estadual, com o objetivo de subsidiar a análise das finanças públicas estaduais e elucidar o contexto econômico que certamente estas espelham, não obstante suas especificidades.

Os dados utilizados foram obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, à Secretaria de Estado de Planejamento e Controle, à Fundação Getúlio Vargas, aos Boletins do Banco Central e do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA e suplementos Especiais da revista Exame, relativos à economia do Estado do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

Usualmente, na análise do desempenho macroeconômico, que trata do comportamento da economia como um todo, são consideradas três medidas: a taxa de inflação, a taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) e a taxa de desemprego. Estas estão diretamente relacionadas com o ciclo de negócios, que tem um padrão mais ou menos regular de expansão (recuperação) e contração (recessão), em torno de uma trajetória tendencial de crescimento.

Sobre estes aspectos, são feitas considerações, relativas à economia brasileira e à economia fluminense no período recente, dentro de um contexto global, estabelecendo, sempre que possível, comparações regionais.

A ECONOMIA BRASILEIRA

Os anos 90 estão sendo marcados por profundas e significativas alterações no perfil da economia brasileira.

Destacam-se o início do processo de abertura da economia, a implantação bem sucedida do Plano de Estabilização Econômica e a mudança do espectro de participação do Estado na economia, com o prosseguimento do Programa Nacional de Desestatização e das reformas estruturais.

como importantes conseqüências, tem-se uma reestruturação do setor produtivo, significativos ingressos de capital em setores estratégicos da economia e a mudança do papel do Estado na economia, passando a atuar como regulador em setores onde era produtor de bens e/ou serviços.

De acordo com os dados do IBGE, a economia brasileira experimentou, de 1993 a 1997, cinco anos consecutivos de crescimento no PIB e no produto *per capita*, sinalizando o término de um período de estagnação e empobrecimento.

PIB REAL BRASIL - Taxa de variação acumulada anual (%)							
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
PIB	1,15	-0,63	5,25	5,81	3,45	2,88	3,03
Agropecuário	1,37	4,89	-0,07	5,45	4,08	4,06	1,15
Indústria	0,26	-4,22	7,01	6,73	1,91	3,73	5,48
Serviços	2,67	4,08	4,23	5,97	4,09	2,33	1,27

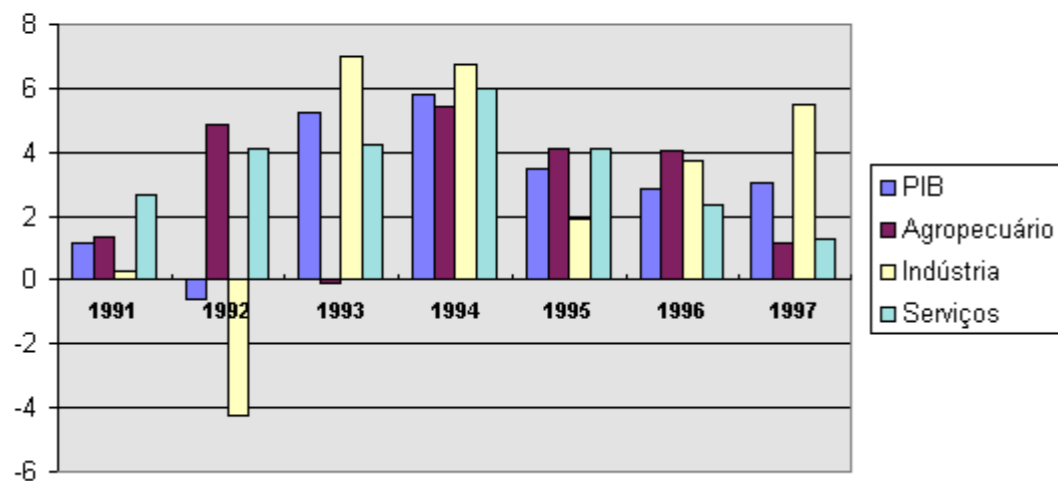
Fonte : IBGE
PIB REAL BRASIL - Índice

PIB REAL BRASIL (Gráficos)

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DO PIB							
BASE : 1990 = 100							
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
PIB	101,15	100,51	105,79	111,94	115,80	119,13	122,75
Agropecuário	101,37	106,33	106,25	112,04	116,61	121,35	122,74
Indústria	100,26	96,03	102,76	109,68	111,77	115,94	122,29
Serviços	102,67	106,86	111,38	118,03	122,86	125,72	127,31

Fonte : IBGE

PIB real Brasil - Taxa de variação (%) 1991- 1997



FONTE : IBGE

Em 1997 a atividade econômica apresentou um comportamento mais estável do que nos dois anos anteriores, quando se caracterizou pela alternância de períodos de retração e crescimento.

O PIB brasileiro fechou o ano de 1997 com um crescimento de 3,03%, em termos reais, de acordo com a nova metodologia do IBGE, alcançando, segundo estimativas do IPEA, R\$ 868,2 bilhões, a preços de mercado, equivalentes a US\$807,6 bilhões, o que significa uma renda per capita de R\$5.438,30, correspondentes a U\$5.058,60.

O crescimento foi liderado pela indústria, que teve expansão de 5,48%, contra 1,15% da agropecuária e 1,27% do setor serviço.

PIB BRASIL - Taxa de variação real acumulada -1997	
PIB (total e por setores)	Taxa variação %
PIB	3,03
AGROPECUÁRIA	1,15
Lavouras	2,78
Produção Animal	-2,47
INDÚSTRIA	5,48
Extrativa Mineral	7,28
Transformação	4,14
Construção	8,46
Serv.Indust.de Utilid. Pública	6,15
SERVIÇOS	1,27
comércio	1,26
Transporte	4,50

PRIMÁRIO	4,60	2,85	2,26	2,67	5,29	0,36	-0,09	-0,94
OPERACIONAL	1,30	1,35	2,16	0,25	1,37	-4,88	-3,75	-4,30
NOMINAL	-29,60	-23,30	-43,10	-59,05	-45,50	-7,18	-5,87	-6,12

Observação : Os valores negativos correspondem a déficits e os positivos a superávits.

FONTE : 1990 -1996 , Conjuntura Econômica ,vol.52, nº; 04 - FVG e 1997, Jornal do Brasil, 08.04.98,p.21.

O balanço de pagamentos brasileiro apresentou no final de 1997 um expressivo déficit, U\$7,871 bilhões, evidenciando o primeiro resultado negativo desde 1991.

BALANÇO DE PAGAMENTOS (em US\$ milhões) - Brasil								
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
EXPORTAÇÕES	31.414	31.620	35.793	38.563	43.545	46.506	47.747	52.986
IMPORTAÇÕES	20.661	21.041	20.554	25.256	33.079	49.858	53.286	61.358
1. SALDO DA BALANÇA COMERCIAL	10.753	10.579	15.239	13.307	10.466	(3.352)	(5.539)	(8.372)
2. SALDO DA CONTA SERVIÇOS	(15.369)	(13.542)	(11.339)	(15.585)	(14.743)	(18.594)	(21.707)	(27.286)
I. SALDO DAS TRANSAÇÕES CORRENTES	(3.782)	(1.407)	6.143	(592)	(1.682)	(17.972)	(24.347)	(33.439)
II. BALANÇO DE CAPITAIS	(4.175)	(4.148)	25.271	10.115	14.294	29.359	33.012	25.568
SUPERÁVIT (+)/DÉFICIT(-) DO BALANÇO DE PAGAMENTOS	(8.825)	(4.679)	30.028	8.404	12.939	13.480	8.665	(7.871)

FONTE : Conjuntura Econômica, vol.52, nº04 -FGV e 1997 : suma Econômica nº; 235.

BALANÇO DE PAGAMENTOS (Gráfico)

Os números relativos às contas externas e ao déficit público em 1997 deixam claro que estas áreas concentram a grande fragilidade do Plano Real.

Neste contexto, para o Governo, passou a ter grande importância o programa de privatizações, porque ele atrai um fluxo de capitais estáveis, o investimento direto estrangeiro, e a massa de ativos públicos prontos para alienação ou concessão constitui um dos grandes trunfos para enfrentar as dificuldades de financiamento externo.

As medidas adotadas no final de 1997 mostraram a disposição do Governo em manter a atual política econômica, optando pela estabilidade da moeda e preservação das perspectivas de crescimento de longo prazo do país.

A ECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

No ano de 1997 o Estado do Rio de Janeiro manteve o segundo lugar em termos de participação no Produto Interno Bruto nacional, com 12,40%, e *renda per capita* superior à

nacional.

COMPARATIVOS REGIONAIS - 1997

ESTADO	POPULAÇÃO Em Milhões de Habitantes	% DO PIB NACIONAL	RENDA PER CAPITA (Em US\$ mil)	NÚMERO DE MUNICÍPIOS
RIO DE JANEIRO	13,3	12,4	7,6	91
SÃO PAULO	34,7	36,0	8,3	645
MINAS GERAIS	16,9	8,6	4,1	853
RIO GRANDE DO SUL	9,8	7,9	6,5	467
BRASIL	159,8	100,00	5,0	

FONTE : IPEA, FGV, IBGE- Simonsen Associados e CIDE

COMPARATIVOS REGIONAIS (Gráficos)

O Produto Interno Bruto (PIB) a custo de fatores, do Estado do Rio de Janeiro, segundo a estimativa preliminar elaborada pelo Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro - CIDE, com dados acumulados até outubro de 1997, atingiu R\$ 95.180 milhões (noventa e cinco bilhões, cento e oitenta milhões de reais) em 1997, apresentando uma variação, em termos reais, de -0,13% com relação a 1996.

ESTIMATIVAS DO PRODUTO INTERNO BRUTO A CUSTO DE FATORES ESTADO DO RIO DE JANEIRO 1990/1997

ANOS	PIB A PREÇOS CORRENTES R\$ milhões (2)	TAXA DE VARIÇÃO REAL (%)	PIB A PREÇOS DE 1997 ⁽³⁾ R\$ milhões	ÍNDICE DO PIB Base : 1990=100
1990	1,4	-9,85	88.744	100,00
1991	7,9	1,09	89.726	101,10
1992	76,6	-6,42	84.310	95,00
1993	1.688	1,03	85.189	95,99
1994	42.193	3,19	87.999	99,16

1995	74.864	1,63	89.453	100,80
1996	88.265	6,14	95.304	107,39
1997 ⁽¹⁾	95.180	-0,13	95.180	107,25

Fonte : Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro -CIDE

(1) Estimativa. Dados preliminares (acumulados até outubro/1997)

(2) CIDE : Deflator implícito do PIB, para 1996/1997 : IGP-DI.

(3) Calculado a partir dos dados do CIDE - Base : 1997=100

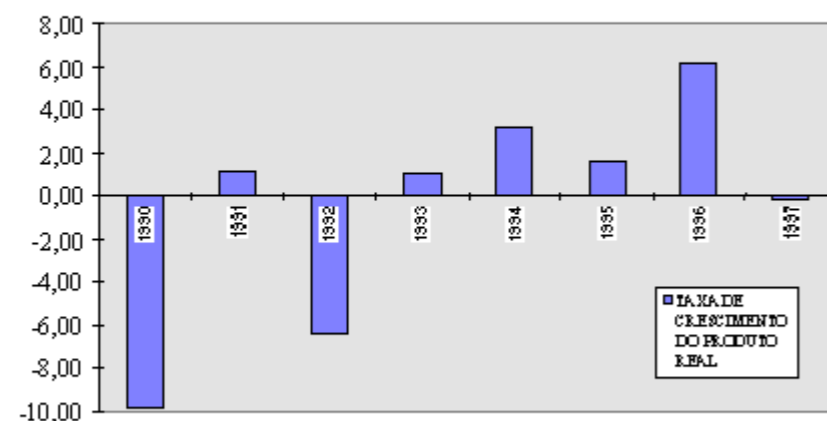
Estimativas do Produto Interno Bruto a Custos de Fatores Estado do Rio de Janeiro - 1990 / 1997 Gráficos

Esta taxa de variação do PIB indica uma ligeira retração no Produto Interno Bruto estadual, que em termos reais, se manteve praticamente no mesmo nível de 1996.

Confirmada esta estimativa para o PIB, se a compararmos às taxas apresentadas nos anos anteriores, será o primeiro resultado negativo, desde 1992, após quatro anos consecutivos de crescimento.

EVOLUÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO REAL DO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO -1990/1997



Fonte : Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro -CIDE

(1) Estimativa preliminar (dados acumulados até outubro/1997)

(2) Deflator implícito do PIB, para 1996/1997 : IGP-DI.

Examinando-se os dados relativos ao crescimento, apresentados a seguir, destaca-se a importância relativa da construção civil na economia fluminense, que puxou o crescimento em 1995 e 1996.

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PRODUTO REAL, SEGUNDO AS CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE

ESTADO DO RIO DE JANEIRO 1990/1997

CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
TOTAL	-9,85	1,09	-6,42	1,03	3,19	1,63	6,14
Agropecuária	-16,17	20,59	-5,43	0,72	-0,87	-0,08	-3,12
Indústria	-10,55	2,20	-4,52	0,68	3,82	1,98	7,62
Extrativa e de transformação	-13,62	1,49	-3,50	0,58	4,16	0,27	4,12
Construção Civil	2,23	7,59	-12,96	0,74	0,72	11,87	31,86
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1,31	0,61	-0,62	1,37	5,05	3,26	2,22
comércio	-11,00	-6,80	-23,52	3,00	1,20	-3,10	8,30
Transportes e comunicações	-1,17	1,50	4,05	1,31	2,27	4,62	-2,97

Fonte : Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro -CIDE

Os dados preliminares do CIDE indicam que em 1997 o único desempenho positivo foi do setor industrial, com expansão acumulada em 2,18%, em termos reais.

TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DO PIB (A CUSTO DE FATORES)

ESTADO DO RIO DE JANEIRO -1997

CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE	1997 ⁽¹⁾	TAXA %
TOTAL	95.180	-0,13
Agropecuária (2)	1.148	...
Indústria	38.415	2,18
comércio	5.213	-11,1
Transportes e comunicações	5.337	-4,18
Outros serviços (3)	45.067	-0,13

Fonte : Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro -CIDE
 (1) Estimativas : dados preliminares acumulados até outubro de 1997
 (2) Obtido por diferença, variação estimada não significativa.
 (3) Obtido por resíduo.

Não obstante o comportamento mais favorável da Indústria em 1997, foi expressiva a queda verificada no comércio e no setor de Transportes e comunicações.

O resultado negativo do comércio em 1997, com faturamento real menor em 12,9% na Região Metropolitana, com relação a 1996, é explicado pela redução do consumo - o consumidor está adquirindo produtos com baixo valor unitário e evitando o uso do crediário, em decorrência das elevadas taxas de juros - e pelas menores margens praticadas.

INDICADORES CONJUNTURAIS DO COMÉRCIO VAREJISTA NA REGIÃO METROPOLITANA -1996/1997		
	1996	1997
Faturamento	-4,69	-12,91
Emprego	-4,63	-4,57
Salários	3,7	-3,74

FONTE : CIDE

com relação à Indústria da Construção Civil, o crescimento do setor, estimado com base no consumo aparente de cimento, revela em 1997 uma queda de 2,2%, indicando que dificilmente a Construção Civil vai ter o desempenho dos dois anos anteriores, quando alavancou o crescimento da Indústria no Estado.

CONSUMO APARENTE DE CIMENTO			
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1997			
CONSUMO	TONELADAS	TAXA DE VARIAÇÃO %	
1997	3.799.757	1996/1997	-2,2
DEZ/97	325.743	DEZ-97/NOV-97	-2,9
		DEZ-97/DEZ-96	-1,7

FONTE : CIDE

A Pesquisa Industrial Mensal do IBGE - Produção Física - aponta um crescimento da produção da indústria acumulado no ano, de 1,73%, inferior ao observado em 1996, 4,12%. A indústria de transformação encerrou com queda de -3,16%. Nesta classe os piores desempenhos foram apresentados pelos itens:

Material de Transporte: -30,94%;
 Farmacêutica: -17,99%;
 Têxtil: -10,25%;
 Gêneros Alimentares: -10,18%.

O melhor desempenho coube ao item Perfumaria, Sabão e Velas (24,51%).

Na indústria Extrativa Mineral verificou-se um crescimento de 10,48%, decorrente da expansão da produção de petróleo e gás natural, evidenciando mais uma vez a importância do subsetor para que a atividade industrial fluminense apresentasse taxas positivas ao final de 1997.

--

TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA, POR CLASSE - 1997

CLASSE	TAXA DE VARIAÇÃO (%)					
	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	RIO GRANDE DO SUL	PARANÁ	BRASIL
INDÚSTRIA GERAL	1,73	4,59	4,74	8,99	5,82	3,87
INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	10,48	11,03	3,82	3,26	7,54	7,29
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	-3,16	4,59	4,8	9,01	5,82	3,59



Segundo esta pesquisa, verificamos que, em termos regionais, o Estado do Rio teve um desempenho discreto em 1997.

TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA - 1997

ESTADOS	% (1)
RIO GRANDE DO SUL	8,99
PARANÁ	5,82
SANTA CATARINA	4,80
MINAS GERAIS	4,74
SÃO PAULO	4,59
PERNAMBUCO	2,68
RIO DE JANEIRO	1,73
BAHIA	1,20
BRASIL	3,87

FONTE : IBGE

(1) Calculada a partir do índice acumulado em dezembro 97- Base : últimos 12 meses anteriores =100

Examinando a composição do PIB estimado por setores de atividades verifica-se a importância dos Setores Terciário e Secundário na economia fluminense, que contribuem, respectivamente, com, aproximadamente, 60 % e 40% do produto interno. O Setor Terciário ou Serviços incorpora as atividades comércio, Intermediação Financeira, Transportes e comunicações, Governos, Aluguéis e Outros Serviços (Alojamento e Alimentação e Serviços Auxiliares Diversos).

PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DE ATIVIDADE NO PIB, A CUSTO DE FATORES - ESTADO DO RIO DE JANEIRO 1996-1997

	1996	1997
--	------	------

	A preços correntes	%	A preços correntes	%
PIB	88.262	100,0	95.180	100,0
AGROPECUÁRIA	1.064	1,2	1.148	1,2
INDÚSTRIA	34.818	39,4	38.415	40,4
SERVIÇOS ⁽¹⁾	52.380	59,3	55.617	58,4

Fonte : Centro de Informação e Dados do Rio de Janeiro -CIDE

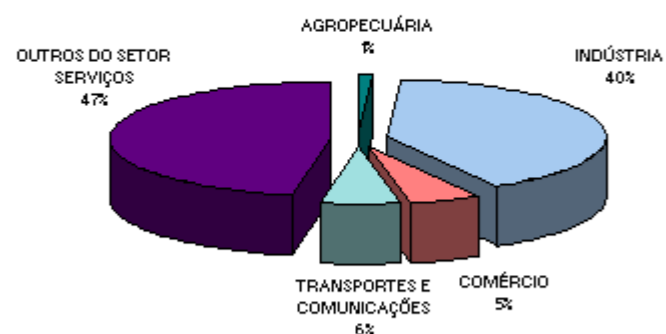
(1) Computados os subsetores Comércio, Transportes e Comunicações e Outros Serviços.

(2) Estimativas : dados preliminares acumulados até outubro de 1997.

PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DE ATIVIDADE NO PIB (Gráfico)

Em 1997 o comércio participou com 5% do PIB, enquanto o subsetor Transportes e comunicações com 6% do total.

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS SETORES NO PIB ESTADUAL - 1996



Fonte : Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro -CIDE

O Estado do Rio de Janeiro apresenta condições favoráveis à expansão do comércio e serviços, onde se destacam a vocação turística, a qualidade e dimensão do setor de intermediação financeira e a liderança cultural e artística.

Segundo a companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro - CODIN, existem diversos projetos em curso no setor de serviços, como áreas de lazer (parques), hotéis e resorts, como também na infra-estrutura - telecomunicações, energia, transportes e saneamento - e na indústria.

Observa-se no Estado que parcela do financiamento da infra-estrutura tem sido derivada das parcerias com a iniciativa privada, através dos processos de privatização de empresas estatais e concessão de serviços públicos, como também oriundos de Programas junto ao Governo Federal.

A melhoria na infra-estrutura estadual e a descentralização de atividades econômicas significativas, com a implantação de novos projetos industriais, indutores do crescimento, sinalizam com perspectivas de geração de negócios, empregos e rendas e de consolidação de novos eixos de desenvolvimento.

**PROJETOS IMPLANTADOS E EM IMPLANTAÇÃO , SEGUNDO OS
DISTRITOS INDUSTRIAIS - 1995-1997**

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PERÍODOS E DISTRITOS INDUSTRIAIS	PROJETOS IMPLANTADOS			PROJETOS EM IMPLANTAÇÃO		
	NÚMERO DE EMPRESAS	INVESTIMENTOS (US\$1.000)	EMPEGOS DIRETOS	NÚMERO DE EMPRESAS	INVESTIMENTOS (US\$1.000)	EMPEGOS DIRETOS
1995	143	1.290.087	30.528	19	1.290.087	30.528
1996	150	1.347.498	30.705	15	1.347.498	30.705
1997	152	1.400.877	31.107	14	1.400.877	31.380
DISTRITOS INDUSTRIAIS	152	1.400.877	31.107	14	24.842	1.606
Campos	5	12.060	1.000	1	2.430	267
Campo Grande	24	44.212	2.789	3	1.000	150
Duque de Caxias	14	99.610	1.637	3	10.172	813
Fazenda Botafogo	43	142.695	6.536	2	600	88
Macaé	4	5.000	145	-	-	-
Paciência	9	19.650	1.966	1	3.000	150
Palmares	14	133.372	2.696	-	-	-
Queimados	19	371.716	4.051	4	7.640	138
Santa Cruz	20	572.562	10.287	-	-	-

Fonte :CODIN e CIDE

(1) Os dados referem-se ao mês de dezembro 1997

com relação ao comércio exterior, como no restante do país, as importações do Rio aumentaram muito nos últimos anos. As exportações estão diminuindo, com o Estado perdendo participação nas exportações nacionais.

**BALANÇA COMERCIAL - JAN-DEZ/1997, EM US\$ MILHÕES,
FOB.**

	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO	
	VALORES	%	VALORES	%
BRASIL	52.986	100	61.358	100
SÃO PAULO	18.088	34,14	26203	42,71
MINAS GERIAS	7.227	13,64	2.274	3,71
RIO DE JANEIRO	1.734	3,27	5.057	8,24

Embora haja um agravamento na questão do desemprego no país, em dezembro de 1997 a Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresentava uma das menores taxas de

desocupação.

COMPARATIVO DA TAXA DE DESOCUPAÇÃO NAS CAPITAIS (Em %) ⁽¹⁾

PERÍODO	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	BELO HORIZONTE	PORTO ALEGRE	RECIFE	SALVADOR	TAXA MÉDIA
DEZ/1994	2,70	3,61	2,87	2,92	4,01	5,81	3,42
DEZ/1995	3,15	5,09	3,56	4,40	4,41	6,49	4,44
DEZ/1996	2,90	4,06	4,16	4,13	3,10	5,41	3,82
DEZ/1997	3,75	6,10	4,38	5,06	5,59	8,12	5,35

FONTE : IBGE

(1) Obtidas da relação entre o número de pessoas que estavam procurando emprego ou aguardando o resultado de propostas para ingresso no trabalho à época da pesquisa e o número de pessoas economicamente ativas (PEA), com idade igual ou superior a 15 anos

COMPARATIVO DA TAXA DE DESOCUPAÇÃO NAS CAPITAIS (em %) (Gráfico)

Tal fato está ligado ao vigor do setor informal na economia fluminense, em especial na Região Metropolitana.

Examinando o PIB das oito Regiões de Governo pelas quais se distribuem os 91 municípios, observa-se que 83% do produto estadual, a custo de fatores, de 1995, foi gerado na região Metropolitana, contra 18% concentrado na Região Metropolitana de São Paulo e 67% na Região Metropolitana de Belo Horizonte, mostrando elevado grau de concentração da atividade econômica na Região Metropolitana.

COMPARATIVO DA POPULAÇÃO E PIB A PREÇOS CORRENTES (A CUSTO DE FATORES), SEGUNDO AS REGIÕES DE GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

REGIÕES	POPULAÇÃO ⁽¹⁾		PIB A PREÇOS CORRENTES (A CUSTO DE FATORES)	
	1997	% DO TOTAL	1995 (mil R\$)	% DO TOTAL
Estado	13.420.605	100,00	74.864.326	100,00
1.Região Metropolitana	10.179.795	75,85	62.871.546	83,98
Município do Rio de Janeiro	5.543.706	41,31	46.939.735	62,70
2.Região Noroeste Fluminense	284.474	2,12	550.627	0,74
3.Região Norte Fluminense	660.922	4,92	1.746.047	2,33
4.Região Serrana	711.534	5,30	2.708.087	3,62
5.Região das Baixadas Litorâneas	485.043	3,61	1.213.343	1,62
6.Região do Médio Paraíba	743.866	5,54	4.959.973	6,63
7.Região Centro-Sul Fluminense	235.346	1,75	488.858	0,65
8.Região da Baía da Ilha Grande	119.625	0,89	325.844	0,44

FONTE : IBGE e CIDE

AS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO

A economia do setor público estadual, em 1997, espelhou as dificuldades financeiras comuns aos maiores Estados da Federação, na rolagem da dívida e na captação de recursos.

O Estado deu continuidade à política pública de desestatização e de atração de investimentos diretos, como forma de captação de recursos.

com base nas informações da Secretaria de Estado de Fazenda, no Programa Estadual de Desestatização há que se destacar, em 1996, a venda da companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro S.A. - CERJ, com ágio de 30,27% (sobre o valor mínimo fixado no edital de venda) o que representou o ingresso de R\$ 605 milhões para a Fazenda Estadual

Em 1997 foram privatizados o Banco BANERJ S.A., a companhia Estadual de Gás - CEG, a RIOGÁS S.A e dado em concessão os serviços prestados pela companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro -METRÔ.

No leilão do Banco BANERJ S.A., realizado em junho de 1997, o valor de venda obtido foi R\$ 311 milhões, pagos em títulos públicos ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S. A., seu acionista controlador. como todos sabem, o Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A está em processo de liquidação extrajudicial. O ágio foi de 0,36% sobre o preço mínimo.

Na privatização da CEG, obteve-se um ágio de 85,68%, sobre o preço mínimo e na RIOGÁS, 49,36 %. Os valores de venda foram, respectivamente, R\$ 464 milhões e R\$ 157 milhões e a receita líquida para o Estado ficou em R\$ 631milhões.

Na concessão à iniciativa privada dos serviços operados pela companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro o lance vencedor foi de R\$291.660.000,00, significando um ágio de 921,22% sobre o preço mínimo fixado. Cabe ressaltar que o METRÔ vinha acusando, segundo relatório da comissão Diretora do Programa Estadual de Desestatização, do segundo semestre de 1997, prejuízos sucessivos, que atingiram em 1996 aproximadamente R\$ 56 milhões.

No corrente exercício, já foram privatizados os serviços de transporte aquaviário de passageiros operados pela companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro - CONERJ, cujo preço de venda foi igual ao preço mínimo fixado : R\$ 26.412.000,00.

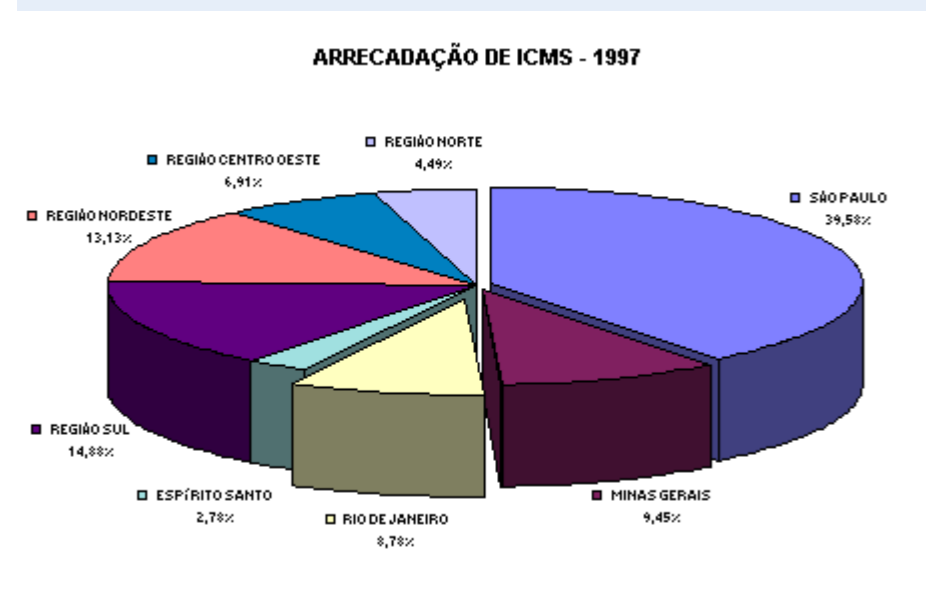
PROGRAMA ESTADUAL DE DESESTATIZAÇÃO				
RESULTADO DOS LEILÕES REALIZADOS				
EMPRESA	DATA	PREÇO MÍNIMO DO LEILÃO (R\$)	PREÇO DO LEILÃO (R\$)	% ÁGIO
CERJ	20.11.96	464.672.640,00	605.327.643,00	30,27%
BANERJ	26.06.97	310.000.000,00	311.101.000,00	0,36%
CEG	14.07.97	250.016.776,33	464.231.736,00	85,86%
RIOGÁS	14.07.97	105.750.000,00	157.950.000,00	49,36%
METRÔ	19.12.97	28.560.000,00	291.660.000,00	921,22%
CONERJ	05.02.98	26.412.000,00	26.412.000,00	0,00%
TOTAL		1.185.411.416,33	1.856.682.379,00	
TOTAL 97		694.326.776,33	1.224.942.736,00	

FONTE : SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Em 1998 encontram-se em progresso os processos de concessão à iniciativa privada dos serviços da companhia Fluminense de Trens Urbanos - FLUMITRENS e de venda do controle acionário da companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE.

Em 1997, não obstante o reflexo destes fatos na receita pública estadual, houve uma queda, em termos reais, de aproximadamente 3,84% na arrecadação de ICMS, principal tributo estadual, refletindo a retração observada na economia estadual e os efeitos da Lei complementar Federal nº 87/96, que desonera do recolhimento do ICMS as exportações e a aquisição de bens do ativo fixo, dentre outros.

Em termos regionais, o Estado do Rio de Janeiro foi responsável por, aproximadamente, 9% do total da arrecadação de ICMS no Brasil em 1997.



FONTE: BACENE CONTAS DE GESTÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1997

Tendo o ICMS apresentado uma variação negativa, constata-se que o crescimento verificado na receita estadual em 1997 foi diretamente proporcional ao aumento das receitas de capital.

Nestas foram computados as receitas líquidas oriundas da privatização e estão incluídas as operações de crédito, com destaque para o empréstimo-ponte da União ao Estado, destinado a formar um fundo para cobrir os passivos do BANERJ e responsabilidades previdenciárias da Previ-Banerj, da ordem de R\$ 3 bilhões.

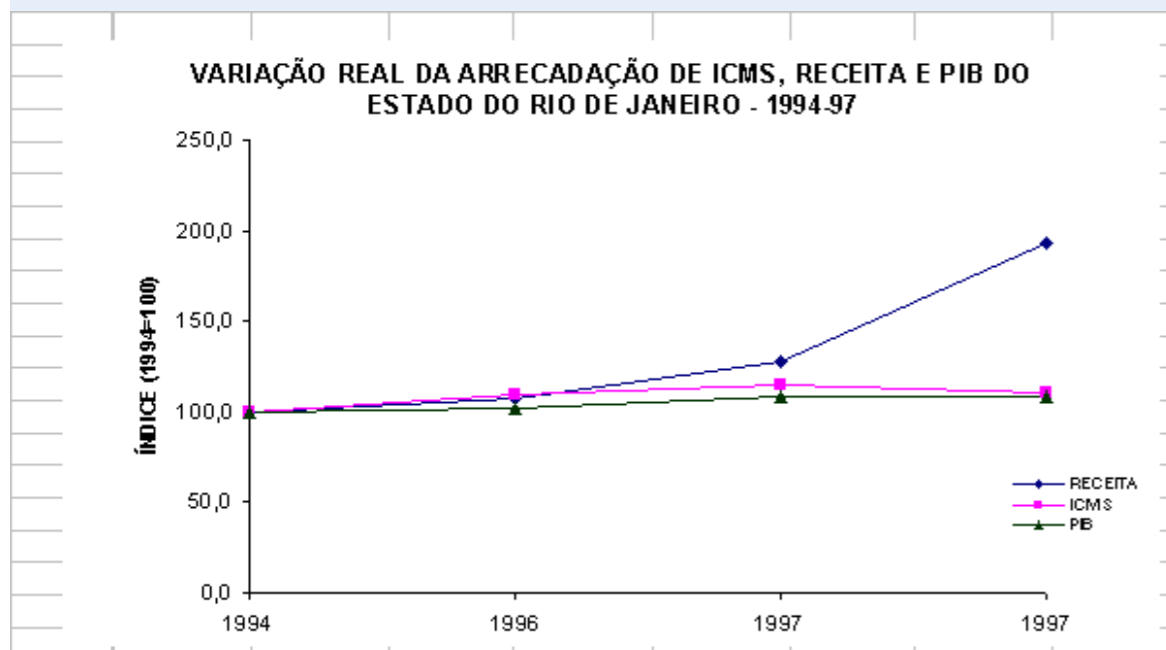
COMPARATIVO DA VARIAÇÃO REAL DA RECEITA TOTAL, ARRECAÇÃO DE ICMS E PIB DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1994-1997

ANO	RECEITA TOTAL			ICMS ARRECADADO			PIB			ICMS/PIB	ICMS/REC. TOTAL
	VALOR HISTÓRICO R\$ mil	VALOR AJUSTADO (1) R\$ mil	ÍNDICE 1994=100	VALOR HISTÓRICO R\$ mil	VALOR AJUSTADO (1) R\$ mil	ÍNDICE 1994=100	VALOR HISTÓRICO R\$ milhões	VALOR A PREÇOS DE 1997 R\$ milhões	ÍNDICE 1994=100	% DO VALOR AJUSTADO	%
1994	3.592.157	7.211.501	100,0	2.464.157	4.946.963	100,0	42.192.883	87.999	100,0	5,62	68,60
1995	6.417.039	7.693.052	106,7	4.510.475	5.407.372	109,3	74.864.325	89.453	101,7	6,04	70,29
1996	8.484.490	9.155.759	127,0	5.250.450	5.665.851	114,5	88.264.782	95.304	108,3	5,94	61,88
1997	13.901.364	13.901.364	192,8	5.208.807	5.208.807	105,2	95.180.000	95.180	108,2	5,47	37,47

FONTE : CIDE e CONTAS DE GESTÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO -1997

COMPARATIVO DA VARIAÇÃO REAL

Gráficos



FONTE: CIDE E CONTAS DE REGISTRO DO GOVERNO DO ESTADO DO R.D. DE JANEIRO - 1997

Neste contexto, destaca-se a questão do endividamento público estadual.

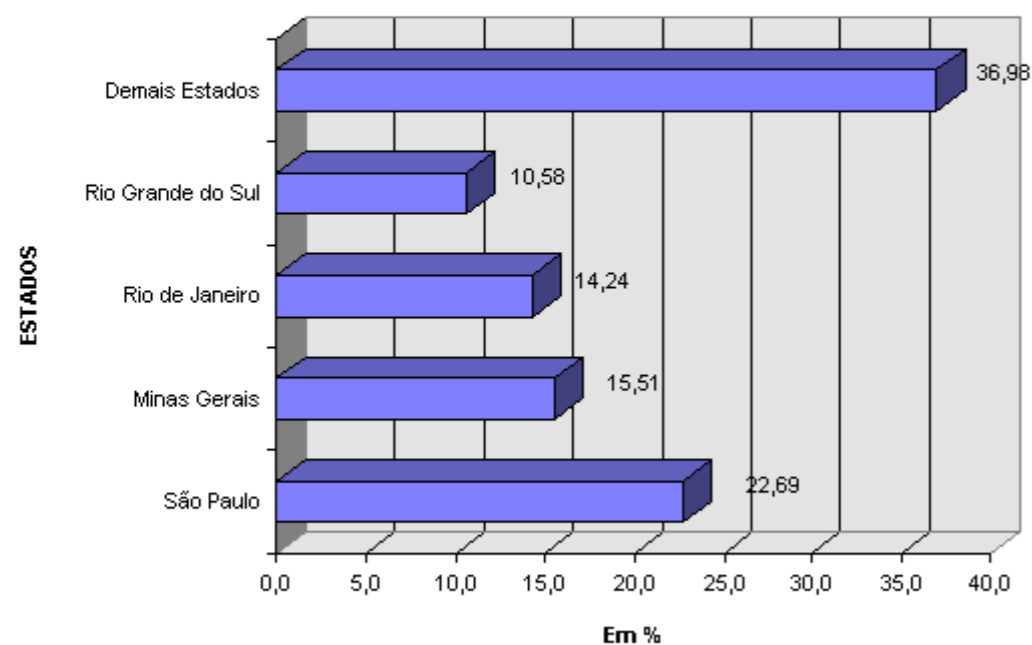
**DÍVIDA FUNDADA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA - SALDOS
(1)**

ESTADOS	DATA DA POSIÇÃO	R\$ milhões	PARTICIPAÇÃO % NO TOTAL
São Paulo	nov/97	21.754	22,7
Minas Gerais	dez/97	14.870	15,5
Rio de Janeiro	dez/97	13.650	14,2
Rio Grande do Sul	dez/97	10.142	10,6
Demais Estados	-	35.448	37,0
TOTAL		95.864	100,0

FONTE : Boletim das Finanças Estaduais e Municipais - BACEN

Observação : Os valores referem-se à posição gerencial.

**COMPARATIVO DA DÍVIDA FUNDADA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
1997**



FONTE: BACENE CONTAS DE GESTÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1997

(1) Dado gerencial, compreendendo a matéria de valor em diferentes datas.

(2) Partição: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio G. do Sul, dez/97, São Paulo: nov/97.

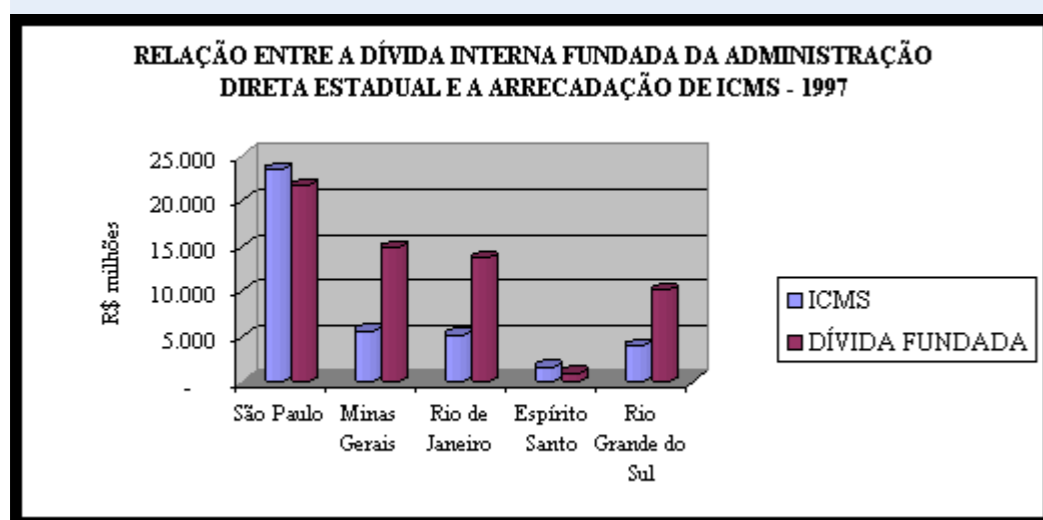
Considerando que o ICMS é a principal fonte de receita própria, se compararmos a arrecadação de ICMS com o total da dívida fundada, observamos o grau de dificuldade que alguns estados, entre os quais o Estado do Rio de Janeiro, deverão enfrentar para reduzir o nível atual de endividamento com recursos correntes, no cenário econômico descrito.

**RELAÇÃO ENTRE AS DÍVIDAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DOS
ESTADOS E A ARRECADAÇÃO DE ICMS - 1990/1997**

ICMS (A)		DÍVIDA FUNDADA DA ADM. DIRETA - TOTAL (B)		ICMS/DIVIDA	TEMPO DE ICMS PARA PAGAMENTO
RS MILHÕES	% DO TOTAL	RS MILHÕES	% DO TOTAL	(A)/(B)	

						DA DÍVIDA
São Paulo	23.519	39,5	21.755	22,7	108,1	11 m 03 d
Minas Gerais	5.642	9,5	14.870	15,5	37,9	2 a 07 m 08 d
Rio de Janeiro	5.208	8,7	13.650	14,2	38,1	2 a 07 m 13d
Espírito Santo	1.661	2,8	940	1,0	176,7	06 m 23 d
Rio Grande do Sul	4.006	6,7	10.142	10,6	39,5	2 a 06 m 11 d
BRASIL	59.575	100	95.865	100		

FONTE : BACEN e CONTAS DE GESTÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DE 1997



FONTE : BACEN e CONTAS DE GESTÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1997

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RELAÇÃO ENTRE A DÍVIDA INTERNA FUNDADA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E ARRECADAÇÃO DE ICMS 1990 - 1997

ANO	Moeda	ICM/ICMS	DÍVIDA FUNDADA INTERNA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ICMS/DÍVIDA (A)/(B) %	Tempo de ICMS para Pagamento da Dívida
1990	Cr\$	223.648.664.430,25	315.600.941.204,00	70,86	01 a 04 m 28 d
1991	Cr\$	1.134.211.219.314,00	3.106.166.096.005,19	36,51	02 a 0 8 m 26 d
1992	Cr\$	11.623.100.172.401,00	46.819.974.598.359,00	24,83	04 a 0 m 10 d
1993	CR\$	232.004.337.469,00	1.359.556.160.573,00	17,06	05 a 10 m 10 d
1994	R\$	2.464.157.095,00	4.718.306.836,00	52,23	01 a 10 m 29 d
1995	R\$	4.510.475.060,00	6.627.017.389,55	68,06	01 a 05 m 19 d

1996	R\$	5.250.450.978,00	8.257.012.985,55	63,59	01 a 06 m 26 d
1997	R\$	5.208.807.032,00	13.650.000.000,00	38,16	02 a 07m 13 d

FONTE : BACEN E CONTAS DE GESTÃO 1990 - 1997

O quadro demonstra uma evolução histórica da arrecadação do ICMS e do Estoque da Dívida Fundada Interna do Estado do Rio de Janeiro no período de 1990 a 1997. No confronto ICMS / Dívida, destaca-se, como melhor resultado, o ano de 1990, representando o ICMS 70,86% da Dívida. Em contrapartida, o ano de 1993 demonstrou uma acentuada regressão, comparativamente aos demais exercícios.

Após recuperação em 1994 e 1996, a relação ICMS/Dívida voltou a decrescer em comparação a 1996 e 1997, com uma queda significativa, representando, em relação a este último, somente, 39,91%.

Tal fato leva a conclusão que o crescimento do ICMS, nos últimos dois anos, não acompanhou, proporcionalmente, o crescimento da Dívida.

Feitas essas colocações, relativamente ao comportamento da economia do país e do Estado do Rio de Janeiro, passemos, agora, a análise efetiva dos atos e fatos geradores das Contas do Governo Estadual, avaliados sob a ótica do trinômio legalidade, legitimidade e economicidade que deve orientar as decisões deste Tribunal.